



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROFESSOR ANTÔNIO GARCIA FILHO
DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA DE LAGARTO

ROSELE BARBOSA DE SOUZA SILVA

**ACESSO AOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE SAÚDE PARA PACIENTES
ESPECIAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA**

LAGARTO/ SE
2018

ROSELE BARBOSA DE SOUZA SILVA

**ACESSO AOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE SAÚDE PARA PACIENTES
ESPECIAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Odontologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regiane Cristina do Amaral

Co-Orientador: Esp. Johnny Alexandre Oliveira Tavares

LAGARTO/ SE
2018

ROSELE BARBOSA DE SOUZA SILVA

**ACESSO AOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE SAÚDE PARA PACIENTES
ESPECIAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Odontologia.

Trabalho apresentado em ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Regiane Cristina do Amaral - DOD
Orientadora

Esp. Johnny Alexandre Oliveira Tavares - UFS
Co-orientador

Prof^a. Dr^a. Luciana Barreto Vieira Aguiar-DOL
Membro

MSc. Tito Marcel Lima Santos- UFS
Membro

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor da minha fé, meu guia, socorro bem presente na hora da angústia,” a meu pai Marcelino, minha mãe Roselene e a minha irmã Rayle.

Agradeço ao Prof. e amigo Johnny Alexandre pela orientação, incentivo e confiança. A prof. Dra. Regiane Amaral, pelo seu desprendimento em ajudar-nos e fornecimento de conhecimento para a realização deste trabalho.

RESUMO

Introdução: No Brasil, segundo o IBGE (2010) 45606048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma das deficiências (visual, auditivo e motor de acordo com o seu grau de severidade, e, também, mental ou intelectual), correspondendo a 23,9% da população brasileira. Assim, em 2003 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente, que reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** Avaliar o acesso aos serviços odontológicos de saúde para pacientes especiais através de uma revisão sistemática da literatura. **Metodologia:** Para o desenvolvimento deste estudo foi realizado uma revisão sistemática nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde e Pubmed. Foram utilizados os descritores: Acesso aos Serviços de Saúde (Health Services Accessibility), Assistência Odontológica para pessoas com deficiências (Dental Care for disabled) ou saúde bucal (oral Health), sendo eles expandidos para título, resumo e assunto, filtrados na forma de artigo completos disponíveis, sem limite de data ou ano, envolvendo como país Brasil (sistema de saúde no Brasil). **Resultados:** Foram encontrados 32 artigos, sendo 1 repetidos, 4 revisão de literatura, 1 relato de caso, 21 não correspondem ao sistema de saúde brasileiro, restando 5 artigos referentes ao tema. **Conclusão:** Há acesso aos serviços odontológicos de saúde para pacientes especiais, porém muitos usuários desconhecem esses serviços e tanto pacientes quanto os profissionais cirurgiões-dentistas apontam falta de estrutura adequada para recebê-los

Palavras chave: Acesso aos Serviços de Saúde, Assistência Odontológica para pessoas com deficiências, Saúde oral.

ABSTRACT

In Brazil, according to the IBGE (2010) 45606048 million people reported having at least one of the deficiencies (visual, auditory and motor according to their degree of severity, and also mental or intellectual), corresponding to 23, 9% of the Brazilian population. Thus, in 2003 the Ministry of Health launched the National Oral Health Policy – Brasil Sorridente, which brings together a series of actions to expand access to free dental treatment, through the Unified Health System (SUS). Objective: To evaluate access to dental health services for special patients through a systematic review of the literature. Methodology: For the development of this study a systematic review was carried out in the databases of the Biblioteca Virtual em Saúde and Pubmed. The following terms were used: Health Services Accessibility, Dental Care for disabled and oral health, in Portuguese and English, and expanded to title, abstract and subject, filtered in the form of complete article available, without date or year limit, involving Brazil (health system in Brazil). Results: 32 articles were found, of which 1 were repeated, 4 were literature review, 1 case report, 21 did not correspond to the Brazilian health system, remaining 5 articles related to the topic. Conclusion: There is access to dental health services for special patients, but many users are unaware of these services, and both patients and professional dental surgeons point to a lack of adequate structure to receive them

Key words: Health Services Accessibility, Dental Care for disabled, Oral health.

LISTA DE IMAGENS

Fluxograma 1: Próprio (2018)	16
Figura 1 dab.saude.gov.br	19

LISTA DE ABREVIATURAS

1. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
2. DAB- Departamento de Atenção Básica
3. SUS- Sistema Único de Saúde
4. CEO- Centro de especialidades Odontológicas
5. SAGE- Sistema de Gestão Empresarial e Contabilidade
6. GM/MS- Gabinete do Ministro/ Ministério da Saúde
7. UBS- Unidade Básica de Saúde
8. CDM- Crianças com Deficiência Motora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	13
1.2 Objetivos.....	14
2. METODOLOGIA	15
3.RESULTADOS	16
4. REVISÃO DE LITERATURA	19
5. DISCUSSÃO	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo o IBGE (2010) 45606048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma das deficiências (visual, auditivo e motor de acordo com o seu grau de severidade, e, também, mental ou intelectual), correspondendo a 23,9% da população brasileira.

Devido ao considerável percentual o Caderno de Atenção Básica em saúde bucal do Ministério da Saúde reúne orientações aos cirurgiões dentistas para que os mesmos atendam em alguns casos os pacientes especiais na atenção básica como preconizado no programa do Brasil Sorridente (DAB, 2018) para que apenas casos mais específicos sejam atendidos na atenção secundária em saúde.

Assim, em 2003 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente, que reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Para universalizar o acesso à saúde bucal o programa Brasil Sorridente implementou melhorias como ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal e tem como linhas de ação programas Reorganização da Atenção Básica em saúde bucal, com a implantação das Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família e em 2004 a criação e ampliação e qualificação da Atenção Especializada, em especial com a implantação de Centros de Especialidades Odontológica.

A atenção secundária em saúde bucal corresponde ao CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) cujo atendimento é obrigatório entre as especialidades o paciente especial. Em 2016, segundo Portal SAGE, o número de CEO implantados é de 1.033, o que é menor que o ano anterior. Desde 2004, o ano em que o programa Brasil Sorridente foi implantado, houve significativo crescente em relação ao número de municípios atendidos, que no seu primeiro ano foram de 60 CEO e de acordo com a última atualização são de 857 municípios atendidos.

No âmbito da saúde bucal, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, criada através da portaria GM/MS nº793 de 24/04/2012 se propõe a garantir o atendimento odontológico qualificado e integral a todas as pessoas com necessidades

especiais. Todo atendimento a esse público deve ser iniciado na atenção básica, que referenciará para o nível secundário (CEO) ou terciário (atendimento hospitalar) apenas os casos que apresentarem necessidades especiais para o atendimento. (DAB,2018)

Nesse sentido, a Portaria Ministerial Nº 1.341 de 29/06/2012 criou incentivos adicionais para os CEO que fizerem parte da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD). Para tanto, estes CEO precisam cumprir compromissos mínimos, como garantir condições de acessibilidade e mobilidade nas instalações do CEO para pessoas com deficiência, aplicar os recursos adicionais do Ministério da Saúde pela incorporação do CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência exclusivamente para a esse fim, disponibilizar 40 horas semanais, no mínimo, para atendimento exclusivo a pessoas com deficiência, manter a produção mensal mínima exigida na Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011.

Entretanto verifica-se que a quantidade de CEO ainda é insuficiente para uma demanda reprimida por muitos anos e ainda muitas vezes o acesso ao mesmo é limitado ou reduzido por falta de equipamento, discrepâncias entre referência e contra referência, falta de treinamento ao cirurgião dentista que poderia atender este paciente na atenção básica ou ainda falta aos atendimentos.

Assim o objetivo deste estudo, será através de uma revisão sistemática verificar o acesso ao serviço odontológico para o paciente especial.

1.1 Justificativa

Verificar o acesso odontológico do paciente especial aos serviços odontológicos de saúde, no Brasil.

1.2 Objetivos

Avaliar o acesso aos serviços odontológicos de saúde para pacientes especiais através de uma revisão sistemática da literatura.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizado uma revisão sistemática nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde que envolve o Bireme, OMS (Organização Mundial de Saúde) e Organização Pan-Americana em Saúde, BBO, Lilacs e Medline. Foram ainda buscado na base de dados Pubmed.

Foram utilizados os descritores: Acesso aos Serviços de Saúde (Health Services Accessibility), Assistência Odontológica para pessoas com deficiências (Dental Care for disabled) ou saúde bucal (oral Health), sendo eles expandidos para título, resumo e assunto, filtrados na forma de artigo completos disponíveis, sem limite de data ou ano, envolvendo como país Brasil (sistema de saúde no Brasil). Foram realizadas as leituras de todos os resumos (em dupla, RCA e RBS), e após esta leitura os artigos foram selecionados. Após a primeira seleção os artigos escolhidos foram lidos na integra. A busca foi realizada em julho/2018.

3. RESULTADOS

Foram encontrados 32 artigos, sendo 1 repetido, 4 revisão de literatura, 1 relato de caso, 21 não correspondem ao sistema de saúde brasileiro, restando 5 artigos referentes ao tema. O Quadro 1 mostra a sua distribuição segundo o ano, revista em que foi publicado, local do estudo e resultados/conclusão.



Fluxograma 1: Próprio (2018)

Quadro 1: Resumo dos artigos selecionados.

	Título	Autor/Ano/Revista	Coleta de dados	Resultados/conclusão
1.	Acesso ao atendimento odontológico dos pacientes especiais: a percepção de cirurgiões-dentistas da atenção básica / Access to dental care of special patients: the perception of primary care dentists	MACÊDO, Giulian Lennon et al. Rev. Ciênc. Plur; 4(1): 67-80, 2018. Tab	Outubro e dezembro de 2017, questionário com 15 Cirurgiões-Dentistas da Atenção Básica -RN	De acordo com os profissionais entrevistados, esses pacientes têm acesso aos serviços odontológicos em Currais Novos-RN, seja apenas para um exame clínico ou orientação, bem como para outros procedimentos. Se por algum motivo não conseguem atender na atenção básica, eles encaminham ao Centro de Especialidades Odontológicas, que conta com especialistas, os quais consolidam a resolubilidade dos casos (AU).
2.	Access to dental public services by disabled persons	ROCHA, Lyana Leal; DE LIMA SAINTRAIN, Maria Vieira; VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes. BMC Oral Health. 2015; 15: 35	Questionários com 89 dentistas e 204 pessoas com necessidades especiais em Fortaleza-CE.	43,1% das pessoas com deficiência não reconhecem o atendimento como prioridade das Unidades Básicas de Saúde (UBS), 52,5% geralmente não procuram atendimento odontológico e, das que fazem (n = 97), 76,3% acham difícil receber atendimento e 84,5% só procuram atendimento em caráter de urgência. Quarenta e cinco por cento desconhecem os serviços oferecidos na UBS. Dos cirurgiões-dentistas, 56,2% referiram dificuldade para se comunicar com os surdos, e 97,8% desejavam intérpretes estacionados na UBS.

3.	Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista / Access to public oral health care by special needs patients: the dentist's perspective / Acceso del paciente especial a la salud bucal pública: la ótica del cirujano-dentista	LAWRENCE, Herenia et al. Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, 27(2): 190-197, abr./jun., 2014	Questionários com 44 cirurgiões dentista em Fortaleza-CE	Sob a ótica dos cirurgiões-dentista investigados, os pacientes especiais da rede pública estão tendo acesso à atenção em saúde bucal, entretanto, a resolatividade parece estar prejudicada, sendo necessário encaminhá-los a outros serviços.
4.	Avaliação da saúde bucal de deficientes visuais em Teresina-PI / Assessment of oral health of the visually impaired in Teresina-PI	DE SOUZA FILHO, Manoel Dias et al. Arquivos em Odontologia Volume 46 Nº 02 Abril/Junho de 2010	Uma entrevista com 42 portadores de deficiência visual	Os deficientes visuais estudados apresentaram uma boa percepção em saúde bucal e um acesso adequado aos serviços odontológico, apesar de não receberem orientações sobre saúde bucal.
5.	O acesso ao cuidado em saúde bucal para crianças com deficiência motora: perspectivas dos cuidadores / Access to oral health care for children with motor disability: caregivers' perspectives	CARDOSO, Andreia Medeiros Rodrigues et al. Pesqui. bras. odontopediatria clín. integr; 11(04): 593-599, 2011..	Entrevista com 43 cuidadores de Crianças com Deficiência Motora (CDM) em João Pessoa - PB	A partir da percepção do cuidador, o acesso ao cuidado em saúde bucal das CDM é difícil, apresentando como barreiras: baixa oferta de dentistas para atender pacientes especiais, demora no agendamento e necessidade de anestesia geral.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Milhões de pessoas se declaram com alguma deficiência, no Brasil, e na odontologia é considerado paciente com necessidades especiais todo usuário que apresente uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional.

As razões das necessidades especiais são inúmeras e vão desde doenças hereditárias, defeitos congênitos, até as alterações que ocorrem durante a vida, como moléstias sistêmicas, alterações comportamentais, envelhecimento, etc (Caderno17).

Desta forma para que essas pessoas sejam cobertas pelo serviço odontológico o Ministério da Saúde criou o programa Brasil Sorridente que é um programa do governo Federal que tem mudado a Atenção da Saúde Bucal no Brasil. De modo a



Figura 1 dab.saude.gov.br

garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira, o Brasil Sorridente reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (DAB, 2018).

Este Programa preconiza que os dentistas sejam responsáveis por alguns atendimentos ainda na atenção básica por equipes de saúde bucal capacitadas.

Em 2004 com a ampliação da Atenção Especializada, em especial os centros de Especialidades Odontológicas, passa a referenciar os pacientes de média complexidade, que requerem atenção diferenciada, e ainda há a atenção terciária para caso de alta complexidade, em que serão sanadas em centros cirúrgicos.

A definição, em cada nível de atenção, dos cuidados a serem tomados está de acordo com diagnóstico médico, condições de saúde e tratamento, agravos associados, limitações e capacidades individuais de cada paciente (Caderno,17). As unidades de Saúde, básica ou especializada, devem estar preparadas para receberem estes usuários com profissionais capacitados para o acolhimento, esclarecidos quanto a forma de comunicação dos pacientes com deficiência auditiva, ou de mobilidade dos pacientes com deficiência visual e física (Caderno, 17).

5. DISCUSSÃO

O tema acessibilidade ao paciente especial em saúde bucal possui poucos artigos publicados, provavelmente por ser oriundo de um programa novo de atenção ao paciente especial, que teve início com a política do Brasil Sorridente em 2004, tendo maior espaço após a Adesão ao CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) em 2012 (DAB, 2012).

Assim dos artigos selecionados, observa-se que todos os estudos abordaram o tema utilizando questionários, sendo eles em nível local, visto que apresentaram locais definidos e amostras por conveniência.

No estudo de Cardoso e colaboradores (2011), foram entrevistados 43 cuidadores de Crianças com Deficiência Motora (CDM) em João Pessoa – PB, a fim de verificar a percepção do cuidador frente ao acesso ao cuidado em saúde bucal dessas crianças. Os autores relatam que os cuidadores consideram difícil este acesso, visto que o mesmo apresenta como barreiras, a baixa oferta de dentistas para atender pacientes especiais, demora no agendamento e necessidade de anestesia geral.

Com a finalidade de avaliar a saúde bucal de deficientes visuais em Teresina-PI, De Souza Filho e colaboradores (2010) realizaram entrevistas com 42 portadores de deficiência visual, e constataram que os deficientes visuais estudados apresentaram uma boa percepção em saúde bucal e também um acesso adequado aos serviços odontológico, apesar de não receberem orientações sobre saúde bucal. O estudo evidencia que os resultados obtidos poderão proporcionar cada vez mais aos cirurgiões-dentistas conhecimento para orientar, motivar e conscientizar esses pacientes com o cuidado da saúde bucal.

O estudo de Rocha e colaboradores (2015) avaliou a acessibilidade dos serviços odontológicos públicos a pessoas com deficiência em Fortaleza - CE, através de questionários com 204 pessoas com necessidades especiais e verificou que 43,1% das pessoas com deficiência não reconhecem o atendimento como prioridade das Unidades Básicas de Saúde, 52,5% geralmente não procuram atendimento odontológico e, das que fazem 76,3% acham difícil receber atendimento e 84,5% só procuram atendimento em caráter de urgência. Quarenta e cinco por cento desconhecem os serviços oferecidos na UBS, quanto a infraestrutura 37,3% os

pacientes apontam inadequado acesso físico, como portas, corredores, salas de espera e escritórios.

No mesmo estudo de Rocha e colaboradores (2015) agora sob a ótica dos cirurgiões-dentistas (CD), de 89 entrevistados 43,8% dos dentistas relataram infraestrutura inadequada, ambientes inseguros, como também dificuldades de transporte como barreiras geográficas, o trabalho revela que apesar do acesso aos serviços odontológicos ter aumentado em Fortaleza a falta de acessibilidade das unidades de saúde e seu entorno não promove o tratamento de pessoas com deficiência e que barreiras culturais, organizacionais, arquitetônicas, geográficas e de comunicação restringem a demanda e o uso de serviços odontológicos orais por esse segmento social.

Resultados semelhantes foram encontrados em um estudo produzido por Lawrence e colaboradores (2014) em Fortaleza-CE no qual 44 CD entrevistados, afirmaram que os pacientes especiais da rede pública estão tendo acesso à atenção em saúde bucal, entretanto, a resolutividade parece estar prejudicada, sendo necessário encaminhá-los a outros serviços. As Unidades de Saúde, básica ou especializada, devem estar preparadas para receberem estes usuários, com rampas de acesso, banheiros acessíveis e outras modificações no ambiente. Dos cirurgiões-dentistas entrevistados, 56,2% referiram dificuldade para se comunicar com os surdos, e 97,8% desejavam intérpretes estacionados na UBS. E relatam ainda que a omissão de estudos publicados referentes a este tema, restringe o panorama da realidade desses serviços no Brasil.

Diferente ocorre em Currais Novos-RN, no qual 15 cirurgiões-dentistas da atenção básica através da percepção responderam a um questionário a fim de verificar o acesso e resolubilidade dos serviços de saúde bucal, oferecido aos Pacientes com Necessidades Especiais. Macedo e colaboradores (2018) então concluíram que esses pacientes estão tendo acesso aos serviços odontológicos, seja com um exame clínico ou orientação e quando há casos em que não conseguem atender, eles encaminham ao Centro de Especialidades Odontológicas para darem continuidade na resolubilidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das limitações do número de estudos encontrados, verifica-se que há acesso aos serviços odontológicos de saúde para pacientes especiais, porém muitos usuários desconhecem esses serviços e tanto pacientes quanto os profissionais cirurgiões-dentistas apontam falta de estrutura adequada para recebê-los, necessitando de maior apoio político para infraestrutura e organização dos serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 08 Ago.2018.

CARDOSO, Andreia et al. O Acesso ao Cuidado em Saúde Bucal para Crianças com Deficiência Motora: Perspectivas dos Cuidadores. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 11, n. 4, 2011.

DE SOUZA FILHO, Manoel Dias et al. Avaliação da saúde bucal de deficientes visuais em Teresina-PI. **Arquivos em Odontologia**, v. 46, n. 2, 2010.

DONABEDIAN A. The seven pillars of quality. **Arch Pathol Lab Med**. 1990;114(11):1115-8.

DOORSLAER E, Masseria C, Koolman X. Inequalities in access to medical care by income in developed countries. **CMAJ**. 2006;174(2):177-83.

LAWRENCE, Herenia et al. Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 27, n. 2, p. 190-197, 2014.

MACÊDO, Giulian Lennon et al. Acesso ao atendimento odontológico dos pacientes especiais: A percepção dos cirurgiões-dentistas da atenção básica . **Revista Ciência Plural**, v. 4, n. 1, p. 67-80, 2018.

MINISTERIO DA SAÚDE.Dab.saude.gov.br. **Portal do DAB**, 2018. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_brasil_sorridente.php?conteudo=pessoas_deficiencias/. Acesso em: 08 Ago. 2018.

PENCHANSKY R, Thomas JW. The concept of access: definition and relationship to consumer satisfaction. **Med Care**. 1981;19(2):127-40.

PRABHU, Neeta T. et al. Access to dental care—parents' and caregivers' views on dental treatment services for people with disabilities. **Special Care in Dentistry**, v. 30, n. 2, p. 35-45, 2010.

ROCHA, Lyana Leal; DE LIMA SAINTRAIN, Maria Vieira; VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes. Access to dental public services by disabled persons. **BMC oral health**, v. 15, n. 1, p. 35, 2015.

TRAVASSOS C; Castro M. Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. In: Giovanella L, editor. Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro (RJ): **Fiocruz**; 2008. p.215-46.

VIACAVA F, Ugá MAD, Porto S, Laguardia J, Moreira RS. Avaliação de desempenho de sistemas de saúde: um modelo de análise. **Cienc Saude Coletiva**. 2012;17(4):921-4.